

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

*CONJUNTURA ECONÔMICA
DO CEARÁ*

1^o trimestre/2004

*Fortaleza,
Maio de 2004*

GOVERNADOR

Lúcio Gonçalo de Alcântara

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
(SEPLAN)

SECRETÁRIO

Francisco de Queiroz Maia Júnior

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

DIRETOR-GERAL

Marcos Costa Holanda

DIRETORIA DE ESTUDOS SOCIAIS

Antônio Lisboa Teles da Rosa

DIRETOR DE ESTUDOS SETORIAIS

Jair do Amaral Filho

EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Cláudio André Gondim Nogueira

Francis Carlo Petterini

Maria Eloisa Bezerra da Rocha

Rogério Barbosa Soares

COLABORAÇÃO

Margarida Nascimento

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta o boletim de Conjuntura Econômica do 1º trimestre de 2004.

O documento aborda o desempenho da economia cearense levando em consideração as contas regionais e o comportamento setorial, destacando-se a agropecuária, indústria, comércio, turismo e finanças públicas.

A seção Opinião IPECE traz dois artigos. O primeiro versa sobre O Crescimento Populacional Acelerado da Região Metropolitana de Fortaleza no Período 1992/2002, e o segundo sobre Os Determinantes do Ambiente Institucional e Político que Regem o Agronegócio Cearense.

O IPECE com a divulgação da Conjuntura Econômica, procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo sobre a economia cearense.

*Marcos Costa Holanda
Diretor Geral do IPECE*

SUMÁRIO

1 DESEMPENHO MACROECONÔMICO, **5**

1.1 Resultados do 1º Trimestre de 2004, **5**

2 DESEMPENHO SETORIAL, **9**

2.1 Agropecuária, **9**

2.2 Indústria, **11**

2.3 Comércio Varejista, **12**

2.4 Comércio Exterior, **13**

2.5 Mercado de Trabalho, **15**

2.6 Turismo, **18**

2.7 Preços, **18**

2.8 Juros e Câmbio, **19**

3 FINANÇAS PÚBLICAS, **20**

3.1 Resultado Fiscal do Tesouro Estadual, **20**

OPINIÃO IPECE, **26**

*O Crescimento Populacional acelerado da Região Metropolitana de Fortaleza no período 1992/2002, **26***

*Determinantes do ambiente institucional e Político que regem o agronegócio cearense, **28***

1 DESEMPENHO MACROECONÔMICO DO CEARÁ NO 1º TRIMESTRE/2004

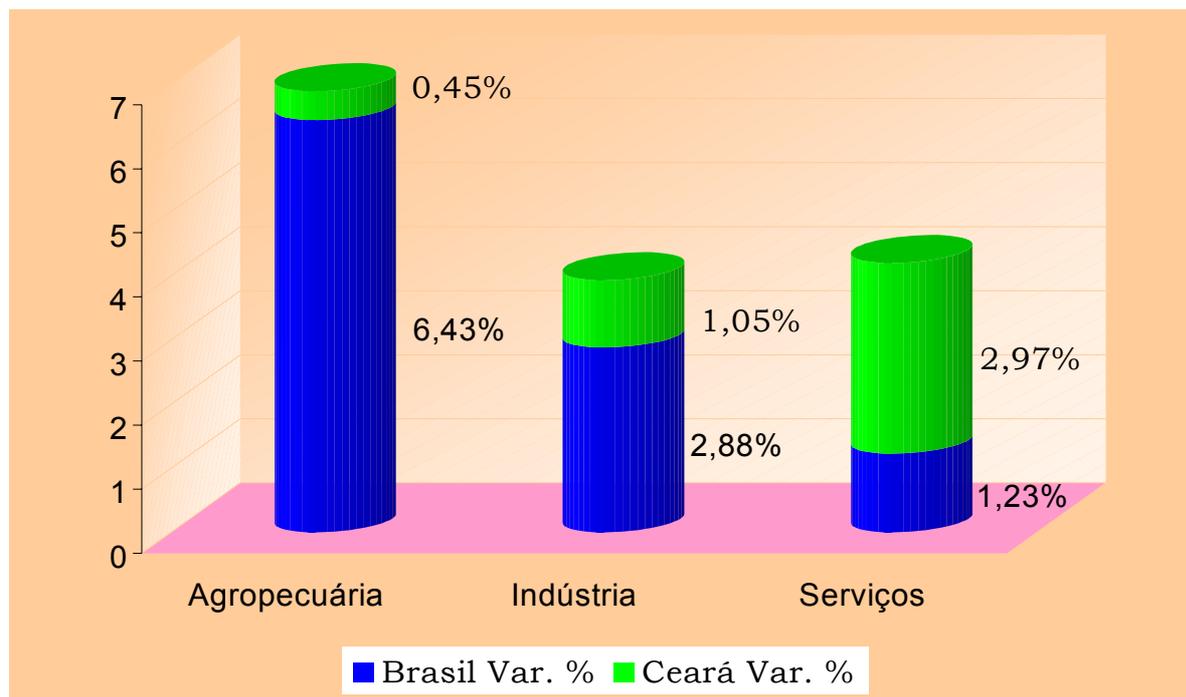
1.1 Resultados do 1º Trimestre de 2004

O PIB cearense a preços básicos apresentou um crescimento em volume de 2,16% no 1º trimestre/2004 sobre o 1º trimestre/2003, pouco abaixo da taxa nacional de 2,50%, no mesmo período. O resultado foi influenciado pelos desempenhos positivos dos três setores da economia: agropecuária (0,45%), indústria (1,05%) e serviços (2,97%). (Gráfico 1 e Tabela 1).

No acumulado dos últimos quatro trimestres contra os quatro trimestres imediatamente anteriores, o PIB a preços básicos continua negativo de 0,26%.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento (%) do PIB a preços básicos por setores Brasil e Ceará – 1º Trimestre/20003-2004 (*)

Fonte: IPECE e IBGE.



(*) Dados preliminares.

Tabela 1 – Evolução do PIB Trimestral – Brasil, Ceará
1º Trimestre/2003-2004

Atividades	Brasil	Ceará
	Var. %	Var. %
Agropecuária	6,43	0,45
Indústria	2,88	1,05
Extrativa Mineral	-3,86	-9,63
Transformação	6,04	2,08
Construção	-2,20	-0,95
Eletricidade, Gás e Água	1,33	10,36
Serviços	1,23	2,97
Comércio	5,13	10,45
Alojamento e Alimentação (*)	-	2,51
Transportes	7,36	0,15
Comunicação	-1,95	-1,95
Instituições Financeiras	1,95	2,16
Aluguéis de Imóveis	1,14	3,04
Administração Pública	1,07	1,75
Outros Serviços	-2,14	3,43
Valor Adicionado a preços básicos (**)	2,50	2,16
PIB a preços de mercado (***)	2,67	-

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Brasil inclui essas atividades em outros serviços.

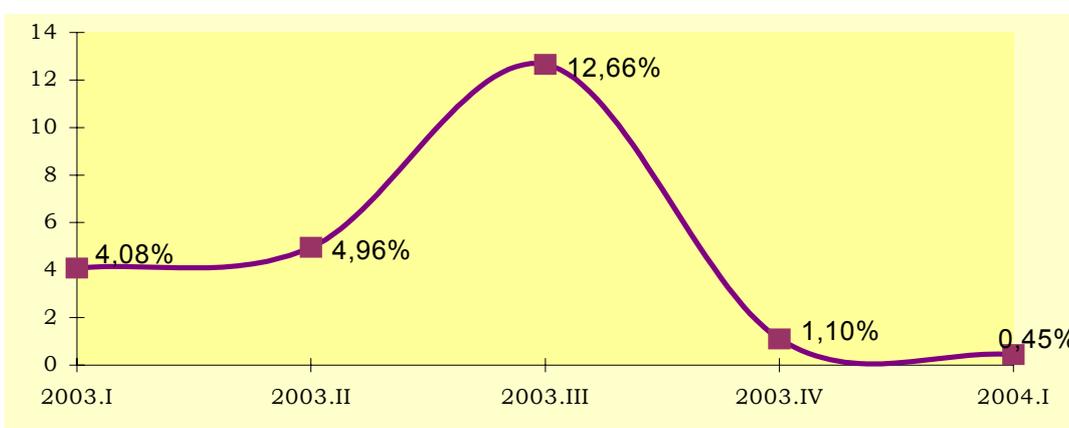
(**) Taxas preliminares: excluídos os impostos.

(***) Taxas preliminares: incluídos os impostos líquidos de subsídios.

Apesar de positiva de 0,45%, vista na Tabela 1, a agropecuária apresentou uma taxa bem menor que a brasileira, explicada pela queda de 14,1% na produção de grãos estimada para 2004. Em função de chuvas irregulares (varanicos), o Ceará, provavelmente, não alcançará o nível da safra de 2003, 1.082 mil toneladas de grãos, considerada a maior desde 1947. Diante disso, as produções de arroz de sequeiro, feijão e milho, serão menores que as registradas em 2003, com quedas previstas de -32,05%, -6,81% e -20,30%, respectivamente.

Gráfico 2 – Evolução da agropecuária – Ceará – 1º Trimestre/2003-2004

Fonte: IPECE.

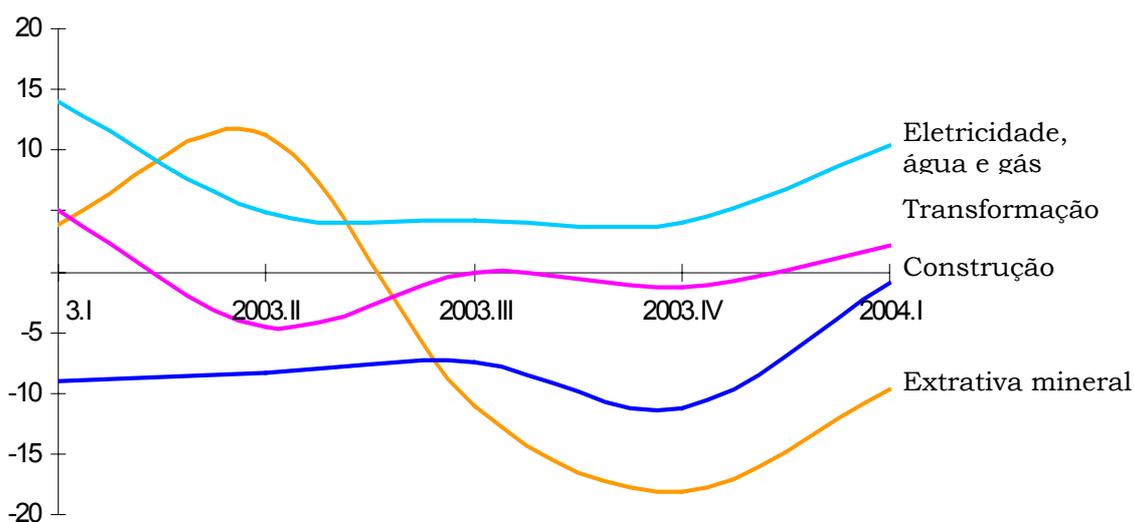


No que se refere a indústria, a responsável pelo crescimento industrial, no 1º trimestre/2004, foi a indústria de transformação, com elevação de 2,08%, impulsionado pelas ampliações na produções indústrias alimentares e bebidas e calçados e artigos de couros. Em produtos alimentares e bebidas destacaram as produções de amendoim e beneficiamento da amêndoa da castanha de caju. Por sua vez, o segmento de calçados e artigos de couros, cabe ressaltar as produções de calçados de plástico.

A indústria também sofreu influência positiva das atividades de eletricidade, gás e água, com uma taxa de 10,36%, no 1º trimestre/2004 sobre o 1º trimestre/2003. Houve crescimento nos consumos de gás natural e de energia elétrica, enquanto o volume de água faturado apresentou-se estabilizado no 1º trimestre/2004 sobre o mesmo período de 2003.

Por sua vez, as indústrias extrativa mineral e construção civil, registram resultados negativos. A extrativa mineral continua em queda (-9,63%), no primeiro trimestre de 2004, embora bem menor que a taxa verificada no 4º trimestre/2003 (-18,11%). A Construção Civil acusou um decréscimo, de apenas, -0,95%, fato que vem acontecendo desde 2001. O aumento no consumo de cimento, do mês de março/2004, contribuiu para que a queda do trimestre fosse menor.

Gráfico 3 - Evolução da indústria total por segmentos
Ceará - 1º Trimestre/2003-2004 (*)

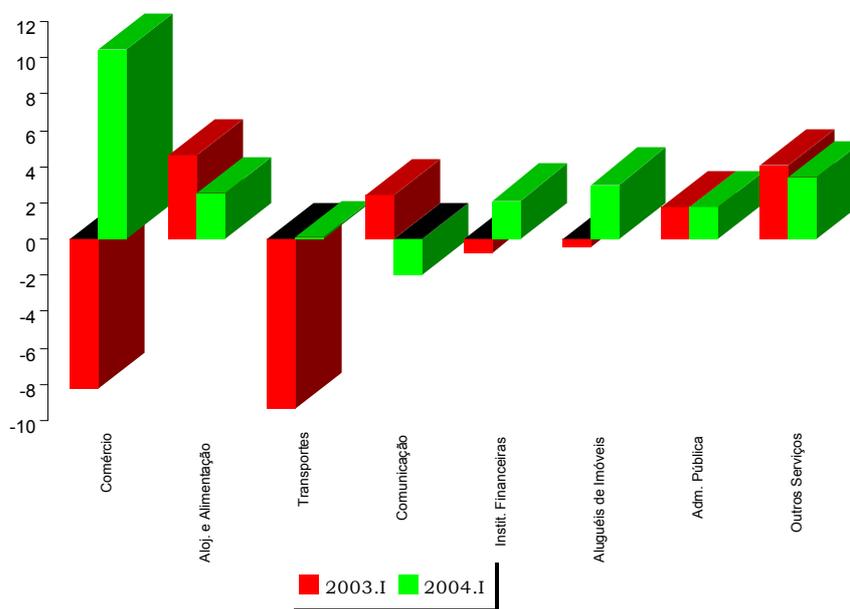


Fonte: IPECE
(*) Dados preliminares.

Dos segmentos que integram os serviços, somente comunicação registrou taxa negativa (-1,95%). Com maior taxa positiva destacou-se o Comércio, 10,45%, no 1º trimestre/2004 sobre o 1º trimestre/2003. O comportamento do comércio (varejista e atacadista) reflete os crescimentos de 7,41% no volume de vendas do comércio varejista do Ceará, medido pelo IBGE, e o aumento real de 2,47% na arrecadação do ICMS do comércio. Vale ressaltar que este resultado do comércio foi influenciado, também, pela baixa base de comparação, pois no 1º trimestre/2003, a atividade apresentou um decréscimo de 8,22%. (Gráfico 4 e Tabela 2)

Os outros segmentos que apresentaram variações positivas foram: outros serviços (3,43%), aluguel de imóveis (3,04%), alojamento e alimentação (2,51%), instituições financeiras (2,16%) e administração pública (1,75%). (Gráfico 4 e Tabela 2).

Gráfico 4 - Evolução do setor serviços por segmentos
Ceará - 1º Trimestre/2003-2004 (*)



Fonte: IPECE.
(*) Dados preliminares.

**Tabela 2 – Variações trimestrais do PIB a preços básicos
Ceará – 2003-2004**

Atividades	Variação (%) em volume em relação ao mesmo período do ano anterior				
	2003.I	2003.II	2003.III	2003.IV	2004.I
Agropecuária	4,09	4,96	12,66	1,10	0,45
Indústria	-0,53	-4,72	-2,86	-5,48	1,05
Extrativa Mineral	3,84	11,20	-10,99	-18,11	-9,63
Transformação	5,06	-4,55	-0,14	-1,27	2,08
Construção	-9,00	-8,25	-7,46	-11,28	-0,95
Eletricidade, Gás e Água	14,02	4,83	4,14	4,08	10,36
Serviços	-0,14	-0,16	-0,03	0,75	2,97
Comércio	-8,22	-5,34	-7,09	-0,08	10,45
Alojamento e Alimentação	4,65	3,36	2,61	3,67	2,51
Transportes	-9,33	-10,32	-10,20	-6,11	0,15
Comunicação	2,40	3,01	-1,01	-3,58	-1,95
Instituições Financeiras	-0,11	-1,48	0,06	-1,49	2,16
Aluguéis de Imóveis	-0,42	-1,33	0,03	0,97	3,04
Administração Pública	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75
Outros Serviços	4,08	4,09	4,12	4,33	3,43
Valor Adicionado a p.b (*)	-0,11	-1,48	0,06	-1,49	2,16

Fonte: IPECE.

(*) Taxas preliminares; excluídos os impostos.

2 DESEMPENHO SETORIAL

2.1 Agropecuária

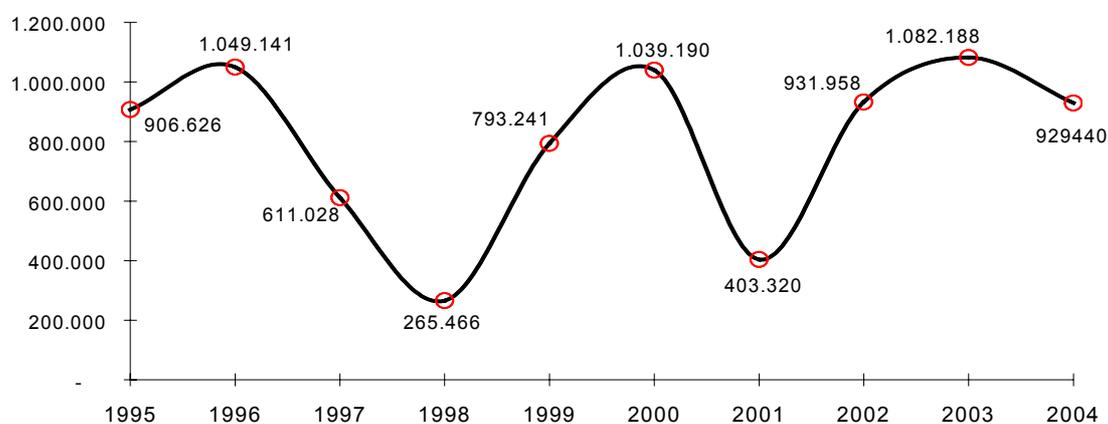
Estima-se que a produção de grãos para o 1º trimestre de 2004, conforme o Levantamento Sistemática de Produção Agrícola (LSPA)/IBGE, seja 14,1% menor que a registrada em 2003, caindo de 1.082 mil toneladas de grãos para 929 mil toneladas (Gráfico 5). Essa queda foi provocada pelas intensas chuvas ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro, reduzindo-se no mês de março, quando começou a ocorrência de veranicos⁽¹⁾, provocando o fenômeno conhecido como seca-verde, assim designado por haver a brotação da vegetação nativa, porém a produção agrícola fica comprometida, pois as culturas perdem rendimento reduzindo a expectativa de produção. A estimativa da área a ser colhida em 2004 (1.268 mil hectares) é 7,31% menor do que a colhida em 2003 (1.368 mil hectares).

⁽¹⁾ Veranico: período de tempo de dez ou mais dias sem a ocorrência de chuvas.

Entre os produtos que compõem a base agrícola da cadeia produtiva de grãos do Ceará, prejudicados pelos aspectos fisiográficos, destacaram-se, com maiores quedas, o arroz de sequeiro (-32,05%), feijão (-6,81%), milho (-20,30%). Por sua vez, as culturas agrícolas que apresentaram com perspectivas de crescimento, foram aqueles menos influenciadas pelos aspectos climáticos: arroz irrigado (27,75%), algodão herbáceo irrigado (47,22%), amendoim (7,90%), mamona (381,99%) e sorgo (44,61%).

Ressalta-se que a queda sofrida pelas culturas de milho e feijão refletem significativamente na produção total de grãos do Estado, por corresponderem juntas à 84,97%.

Gráfico 5 - Produção de grãos em toneladas - Ceará - 1995/2004 (*)



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)/IBGE.
(*) Estimativa de safra até abril/2004.

Com respeito a produção de frutas, houve o crescimento de 4,8%, em 2004 sobre a produção de 2003, passando de 977 mil toneladas de frutos (2003) para 1.024 mil toneladas (2004), correspondendo a uma área plantada de 467 mil hectares em 2004. Este resultado deveu-se aos crescimentos na produção da melancia (62,05%), goiaba (33,07%), uva (29,66%), tangerina (17,43%) e do abacate (16,50%). No entanto, os maiores volumes de produção corresponderam a banana (343 mil toneladas), côco (228 mil frutos), castanha de caju (124 mil toneladas) e o melão (111 mil toneladas).

No que se refere à produção animal, as atividades que apresentaram variação positiva no 1º trimestre/2004 com relação 1º trimestre/2003 foram: abate de bovinos que cresceu, 30,73%; oferta de frango comercial, 3,06% e o pescado que registrou uma acréscimo de 8,96%. Este último teve sua produção influenciada

pele desempenho positivo das exportações de camarão. Já a oferta de ovos comerciais e a produção de leite apresentaram taxas negativas, no 1º trimestre/2004 com relação 1º trimestre/2003, de 12,06% e de 21,21%, respectivamente. A carcinicultura cearense no 1º trimestre/2004, gerou US\$ 15,064 milhões em exportações, correspondendo a 7,6% do valor total exportado pelo Ceará, consolidando-se como uma atividade importante para a economia cearense.

2.2 Indústria

A indústria cearense voltou a apresentar crescimento no mês de março/2004 sobre março/2003, com uma taxa de 15,7%. Esse crescimento contribuiu para que o acumulado no 1º trimestre/2004 atingisse uma taxa positiva de 2,1% sobre o 1º trimestre/2003, mas o indicador relativo aos últimos doze meses continua negativo (-1,9%), como mostra a Tabela 3.

A produção física referente ao 1º trimestre/2004, acusou um crescimento de 2,1%, resultado sustentado por apenas três contribuições positivas dos dez setores pesquisados: alimentos e bebidas (15,8%), calçados e couros (19,3%) e produtos químicos (3,8%). (Tabela 3). Vale salientar que na indústria de alimentos e bebidas houve acréscimos nas produções de amendoim, castanha de caju e torrados e em calçados e artigos de couros, os calçados de plástico obtiveram os melhores resultados. Por sua vez, as indústrias de têxtil e vestuário registraram quedas de, respectivamente, (-7,7%) e (-20,6%). (Tabela 3).

Tabela 3 - Evolução da produção física da indústria, taxas de crescimento (%) por atividades selecionadas – Ceará - 2003-2004

Gêneros	Taxa de Variação (%)		
	Mar/2004-03	1º Trim./2004-2003	Últimos doze meses
Indústria de transformação	15,7	2,1	-1,9
Alimentos e bebidas	30,6	15,8	6,8
Têxtil	-2,1	-7,7	-11,2
Vestuário e acessórios	2,9	-20,6	-6,5
Calçados e artigos de couro	46,2	19,3	5,5
Refino de petróleo e álcool	9,8	-10,8	-7,3
Produtos químicos	-11,8	3,8	-2,1
Minerais não metálicos	20,5	-19,5	-18,2
Metalurgia básica	0,7	-4,4	9,6
Prod. Metal exc./máq. equipamentos	29,9	-1,8	-9,2
Máq. aparelhos e materiais elétricos	-36,8	-33,2	-7,4

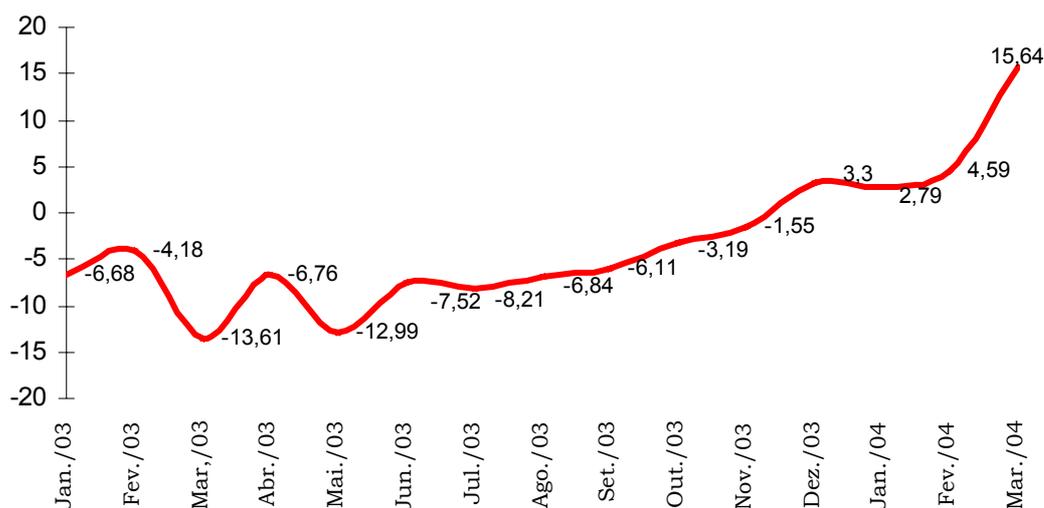
Fonte: PIM-PF/IBGE.

2.3 Comércio Varejista

O comércio varejista do Ceará registrou, no 1º trimestre/2004 sobre o mesmo de 2003, uma taxa positiva de 7,4% no volume de suas vendas reais.

Observando-se o Gráfico 6, percebe-se que ao longo do ano de 2003, o comércio varejista registrou variações negativas exceção de dezembro/2003 que indicou a única variação positiva de 3,3% sobre dezembro/2002. De acordo com o mesmo Gráfico, os três primeiros meses de 2004 foram favoráveis para as vendas do comércio varejista, o que pode sugerir uma retomada de crescimento da atividade.

Gráfico 6 – Comércio Varejista, Faturamento Real (%) – Ceará
Jan.-Dez./03-Jan.-Mar/04



Fonte: IBGE.

Os resultados positivos do trimestre em evidência, para o comércio varejista, ocorreram em função de melhoras verificadas nos segmentos: tecidos, vestuário e calçados (5,5%), hipermercado, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (5,3%) e combustíveis e lubrificantes (0,2%). O desempenho da atividade varejista cearense, nesse trimestre, seguiu a mesma tendência de recuperação verificada no comércio em nível nacional.

2.4 Comércio Exterior

A balança comercial cearense, no 1º Trimestre/2004, registrou um saldo positivo de US\$ 82,92 milhões, motivado pelas exportações que mantiveram um crescimento superior ao das importações de, respectivamente, 28,09% e 14,30%.(Tabela 4). O comércio exterior brasileiro, no 1º trimestre/2004, apresentou um superávit na balança comercial, da ordem de US\$ 6.170 milhões. As exportações atingiram o valor de US\$ 19.448 milhões (crescimento de 27,2%) e as importações totalizaram um valor de US\$ 13.278 milhões.

Tabela 4 - Evolução das exportações mensais – Ceará
1º Trimestre/2003-2004 (*)

Meses	Exportações					
	2003		2004		Variação % 04/03	
	US\$ 1,00/FOB	Kg	US\$ 1,00/FOB	Kg	Valor	Kg
Janeiro	53.279.460	26.031.194	62.906.848	31.484.566	18,07	20,95
Fevereiro	51.192.737	20.980.483	61.481.871	23.001.089	20,10	9,63
Março	49.490.073	22.551.849	72.815.875	28.379.058	47,13	25,84
1º Trim.	153.962.270	69.563.526	197.204.594	82.864.713	28,09	19,12

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MIDIC.

(*) Dados preliminares e sujeitos a modificações.

As exportações cearenses estão passando por um processo contínuo de diversificação de mercadorias. Nos últimos dez anos, a pauta de produtos exportáveis modificou-se bastante, ganhando participação, sobretudo, os produtos com maior valor agregado, como por exemplo, os calçados, couros e peles, cera vegetal, móveis e sucos de frutas.

No 1º trimestre/2004, as exportações de produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) representaram 72,5% das exportações totais do Estado, enquanto os produtos básicos corresponderam a 27,3%, na mesma comparação. Em termos de produtos, os calçados ocupam a primeira posição na pauta das exportações cearenses desde 2001. Atualmente, o Ceará é o segundo estado brasileiro exportador de calçados, em valor e em volume. O Rio Grande do Sul ocupa a primeira colocação e São Paulo o terceiro lugar. Na região Nordeste, o Ceará ocupa o primeiro lugar dentre os exportadores de calçados, seguido da Paraíba e Bahia, respectivamente, na segunda e terceira colocações. (Tabela 5).

Em termos de mercados, a relação comercial Ceará e Estados Unidos ainda é muito forte e este país participa com, aproximadamente, 32,3% das exportações cearenses.

*Tabela 5 – Evolução das exportações por produtos selecionados
Ceará - Jan-Mar/2003-2004*

Produtos Selecionados	Exportações				
	2003 (US\$ 1,00/FOB)	Part. %	2004 (US\$ 1,00/FOB)	Part. %	Var. (%) 04/03
Calçados	43.738.819	28,41	55.129.530	27,96	26,04
Amêndoa cast. de caju	21.811.705	14,17	29.291.553	14,85	34,29
Couro e peles	16.396.196	10,65	28.777.743	14,59	75,51
Têxteis	25.570.450	16,61	26.939.611	13,66	5,35
Camarão	15.795.290	10,26	15.064.742	7,64	-4,63
Demais	30.649.800	19,91	42.001.415	21,30	37,04
Total	153.962.260	100,00	197.204.594	100,00	28,09

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC.

(*) Dados preliminares e sujeitos a modificações.

No que se refere ao valor das importações cearenses, no 1º trimestre/2004 sobre o mesmo período de 2003, cresceu 14,3%, significando uma despesa de US\$ 114,28 milhões. O aumento nas importações ocorreu, em grande medida, pela elevação dos preços, tendo em vista que o volume importado, no período, decresceu 12,5%. (Tabela 6).

*Tabela 6 – Evolução das importações mensais – Ceará
1º Trimestre/2003-2004 (*)*

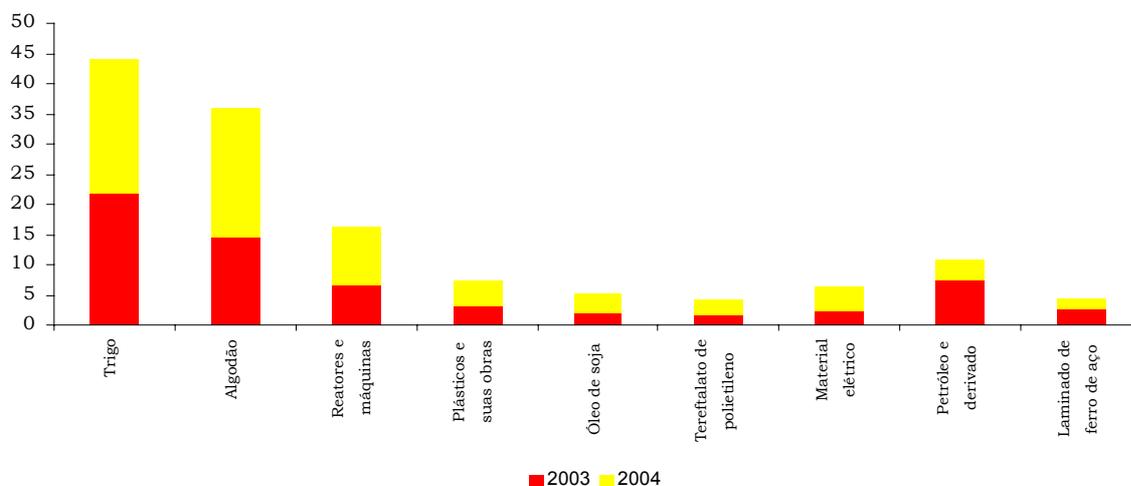
Meses	Importações (US\$1,00/FOB)		
	2003	2004	Var. % 04/03
Janeiro	30.848.388	38.755.038	25,6
Fevereiro	29.789.057	31.830.300	6,9
Março	39.348.732	43.698.330	11,1
Total	99.986.177	114.283.668	14,3

Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC.

(*) Dados preliminares e sujeitos a modificações.

Na pauta das importações cearenses tem crescido a participação de produtos com maior valor agregado, como por exemplo, reatores e máquinas, material elétrico, laminado de ferro/chapa. e outros, (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução das importações por produtos selecionados – Ceará 2004-2003



Fonte: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX)/MDIC.
 (*) Dados preliminares e sujeitos a modificações.

As importações de bens de capital cresceram 45,0%, no 1º trimestre/2004 sobre igual período de 2003, foram adquiridos aparelhos e equipamentos no valor de US\$ 13,93 milhões, o que pode sinalizar uma expectativa de crescimento do setor produtivo, em 2004. Reforçando essa opinião, ressalte-se, ainda, as compras de bens intermediários, como insumos industriais e alimentos e bebidas destinados a indústria, com crescimentos de, 8,9% e 20%, respectivamente.

Quanto aos países de origem, a Argentina continua liderando a lista de parceiros do Ceará, pelo lado das importações. Aquele país ampliou sua participação nas compras externas feitas pelo Estado, passando de 37,3% (janeiro-março/2003) para 41,6% (janeiro-março/2004). Da Argentina o Ceará comprou trigo, que representou cerca de 60% das importações totais argentinas, óleo de soja, carne congelada, mistura para pastelaria e outros produtos.

2.5 Mercado de Trabalho

A análise dos dados referentes ao mercado formal de trabalho, disponíveis no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED), mostram que o emprego com carteira assinada, no Estado do Ceará, decresceu 0,5%, no 1º trimestre/2004 sobre o de 2003, correspondendo a redução de 231 novas vagas. No entanto, na comparação dos últimos doze meses o saldo é

positivo de 19.238 novos postos de trabalho, em consequência do saldo positivo observado em 2003.(Tabela 7).

Em termos de atividade, o resultado do trimestre foi influenciado pela redução de postos de trabalhos formais na indústria de alimentícios e bebidas (-1.182 postos de trabalho), construção civil (-406 novos postos de trabalho), transformação (-218 novos postos de trabalho), comércio (-148 novos postos de trabalho) e Alojamento e Alimentação (-54 novos postos). Por sua vez, com saldo positivo de emprego destacou-se a indústria de serviços de utilidade pública, com absorção de 149 novos postos de trabalho. (Tabela 7).

Evidenciando a indústria de transformação, algumas atividades apresentaram incremento de postos de trabalho, como no caso calçado e material elétrico e de comunicação, que registraram os acréscimos de 1,4% e 5,2%, respectivamente, sobre o número de emprego celetista ocorrido no mesmo período de 2003, o que correspondeu a um acréscimo de 558 novas vagas, em calçados e 85 na indústria de material elétrico e de comunicação. Percebe-se que os setores que apresentaram ampliação nos postos de trabalho são, em grande maioria, aqueles que direcionaram parte de sua produção ao mercado externo, que vem se mostrando mais promissor do que o interno. (Tabela 7).

No tocante aos serviços, o segmento alojamento e alimentação acusou um leve decréscimo de 0,1% no número de postos de trabalho, sugerindo que houve influência da baixa estação turística, dado que este segmento está estritamente relacionado ao turismo.

Quanto ao comércio, apesar de uma melhora substancial no volume de vendas do comércio varejista do Ceará, no 1º trimestre/2004, com crescimento de 7,4%, houve dispensa de mão-de-obra, correspondente a 380 postos de trabalho ou uma variação negativa de 0,4% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Assim, a redução de postos de trabalho no comércio cearense, nos três primeiros meses de 2004, deve-se ao ajuste sazonal, tendo em vista que o comércio em 2003 foi um dos segmentos que mais empregou com carteira assinada, para o atendimento das comemorações de final do ano. (Tabela 7).

Tabela 7 – Evolução do emprego formal, atividades selecionadas – Ceará - 2003-2004

Atividades	Admissão (A) (nº)	Desligamento (B) (nº)	Saldo (A-B)	Var. %
Extração Mineral	125	231	-106	-5,43
Transformação	12.029	12.247	-218	-0,13
Têxtil e Vestuário	3.385	3.405	-20	-0,04
Calçados	2.658	2.100	558	1,36
Alimento e Bebida	2.395	3.577	-1.182	-3,43
Mat. Elét. e Comunicação	134	49	85	5,22
Utilidade Pública (SIUP)	461	312	149	3,45
Construção Civil	6.402	6.808	-406	-1,24
Comércio	11.603	11.751	-148	-0,13
Transporte e Comunicação	1.973	1.938	35	0,12
Alojamento e Alimentação	6.650	6.704	-54	-0,07
Agropecuária	1.915	4.632	-2.717	-15,30
Total	51.096	54.271	-3.175	-0,53

Fonte: CAGED/MTE.

No tocante ao mercado de trabalho, segundo a pesquisa do SINE/IDT, para Fortaleza, que engloba os trabalhadores formais e não formais, a taxa de desemprego cresceu em março/2004 sobre mar/2003, de 16,2% para 18,5%. Por categoria de gêneros, a taxa de desemprego foi maior que a das mulheres, passando de 15,3% para 18,8%, e para as mulheres o salto foi menor, passando de 17,3% para 18,1%, de março/2004 sobre março/2003. (Tabela 8).

A taxa de ocupação de Fortaleza, em março/2004 foi de 38,3% pouco superior que a indicada em março/2003, 37,7%. A ocupação informal ampliou-se de 50,9% (mar/2003) para 51,5% em março/2004, significando um número maior de pessoas nessa categoria, 410,85 mil pessoas. (Tabela 8).

Tabela 8 - Indicadores do Mercado de Trabalho – Fortaleza
Março/2003-2004

Discriminação	Março		
	2003	2004	
	Taxa	Taxa	Absoluto
Pop. Economicamente Ativa	45,55	47,44	988.152
Ocupação	37,70	38,27	797.142
Ocupação Informal	50,89	51,54	410.847
Desemprego Aberto	16,21	18,52	181.128
Desemprego Cessante	12,30	14,14	131.245
Desemprego Não Cessante	5,04	5,89	49.883
Pop. Não Economicamente Ativa	54,45	52,56	1.094800

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

2.6 Turismo

As informações fornecidas pela Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) a demanda turística, via Fortaleza, cresceu em 10,1%, no 1º trimestre/2004 sobre igual período de 2003, correspondendo a 454,13 mil visitantes. Vale ressaltar que desse total, 236,01 mil hospedaram-se em hotéis, registrando um crescimento de 8,2% na demanda hoteleira, no período em análise, conforme pode ser observado na Tabela 9. A taxa média de ocupação subiu 53,3%, no 1º trimestre/2003, para 64,4%, no 1º trimestre/2004.

Tabela 9 - Demanda e oferta hoteleira - Fortaleza
1º Trimestre/2003-2004

Meses	Demanda Hoteleira			Demanda Turística via Fortaleza		
	2003	2004	Var. %	2003	2004	Var. %
Janeiro	103.689	111.065	7,11	198.638	222.131	11,83
Fevereiro	58.052	66.832	15,12	109.532	127.300	16,22
Março	56.362	58.110	3,10	104.373	104.703	0,32
Total	218.103	236.007	8,21	412.543	454.134	10,08

Fonte: SETUR.

2.7 Preços

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) medido para a Região Metropolitana de Fortaleza, no 1º trimestre/2004, registrou uma variação positiva de 2,8% inferior a indicada no mesmo período de 2003, 5,2%. Ressalte-se que dos nove grupos pesquisados para Fortaleza, somente habitação apresentou uma variação acumulada no trimestre/2004 superior a de 2003. Os demais grupos obtiveram taxas menores que as de 2003, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10- Evolução do INPC - Região Metropolitana de Fortaleza
1º Trimestre/2004-2003

Grupos	1º Trimestre (%)	
	2003	2004
Índice geral	5,17	2,8
1.Alimentação e bebidas	5,59	3,65
2.Habitação	1,35	3,25
3.Artigos de residência	4,27	1,06
4.Vestuário	2,65	-0,82
5.Transportes	9,8	2,39
6.Saúde e cuidados pessoais	5,32	1,39
7.Despesas pessoais	3,84	3,62
8.Educação	5,67	4,85
9.Comunicação	4,68	3,15

Fonte: IBGE.

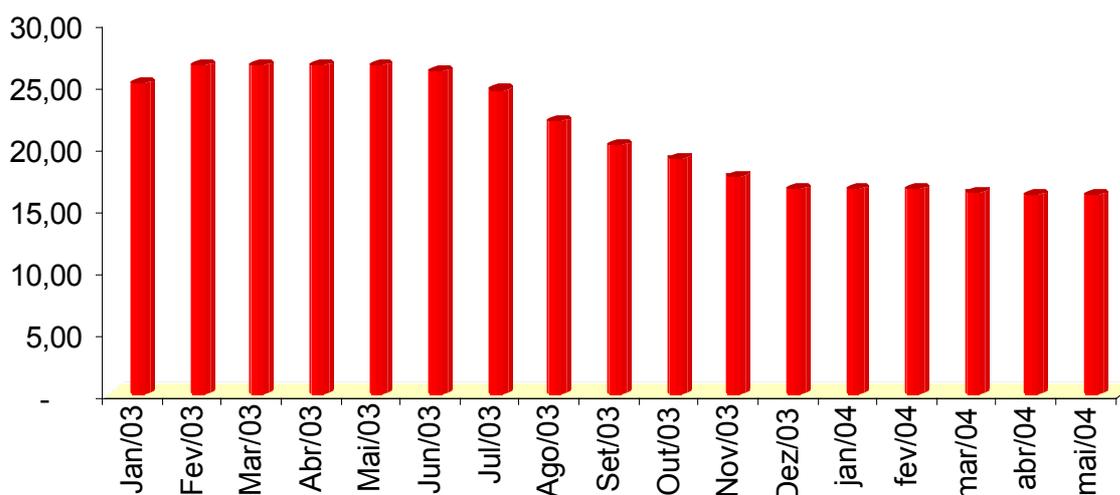
O comportamento do INPC da RMF seguiu a mesma tendência declinante verificada nos principais índices medidos no país.

No 1º trimestre/2004, Fortaleza registrou uma variação de 12,4% na cesta básica, influenciada pelos aumentos nos preços do arroz, farinha, leite, carne e tomate. No mês de março/2004, o valor da cesta básica foi de R\$ 143,63, 0,8% a mais que a de março/2003, R\$ 142,43. Para o trabalhador adquirir a cesta básica de março/2004, precisou de menor número de horas trabalhadas do que em março/2003, 131 horas e 40 minutos contra 156 horas e 40 minutos, segundo os dados do DIEESE.

2.8 Juros e Câmbio

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, decidiu em reunião do dia 19 de maio de 2004, manter a taxa de juros Selic em 16% ao ano, sem viés. (Gráfico 8). A decisão tomou como base alguns eventos externos, citando as elevações no preço do petróleo, que poderiam trazer algum desconforto para economia brasileira, que se encontra com indicadores favoráveis, no momento, como inflação sob controle, a atividade industrial em recuperação e setor externo favorável.

Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Juros Selic – Brasil – 2003-2004



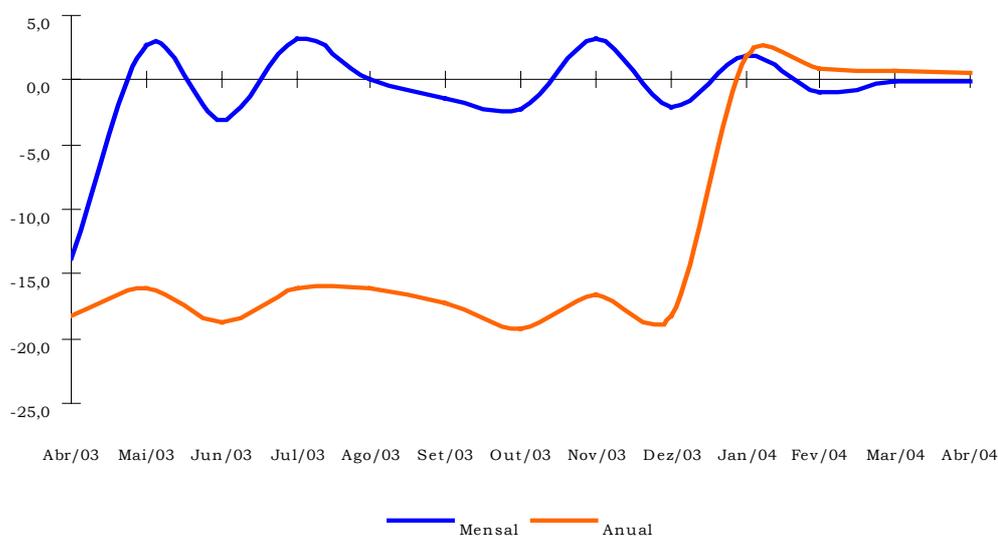
Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

No que se refere ao comportamento do câmbio, o dólar comercial para venda, registrou uma leve queda de 0,1% no mês de abril/2004 sobre março/2004.

e mostrou uma alta de 0,6% no ano, janeiro a abril/2004 sobre janeiro a abril/2003, conforme mostra o Gráfico 9.

Vale salientar que, na segunda quinzena de abril/2004, a taxa de câmbio sofreu reflexos das expectativas de possível ajuste dos juros nos Estados Unidos, que se daria ainda nesse primeiro semestre/2004.

Gráfico 9 – Variação mensal - dólar comercial venda
Abr./2003-Abr./2004.



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

3. FINANÇAS PÚBLICAS

3.1. Resultado Fiscal do Tesouro Estadual

Durante os três primeiros meses deste ano, o Estado arrecadou R\$ 1,37 bilhão em Receitas, conforme é ilustrado na Tabela 11. Por outro lado, a Despesa Total empenhada foi da ordem de R\$ 1,19 bilhão, implicando em um Resultado Nominal superavitário de R\$ 181 milhões no primeiro trimestre do ano.

Em preços constantes, este Resultado é o maior dos últimos dois anos. Até então, apenas no primeiro trimestre de 2002 tinha-se obtido um resultado superior aos R\$ 100 milhões, isto pode ser visto no Gráfico 10.

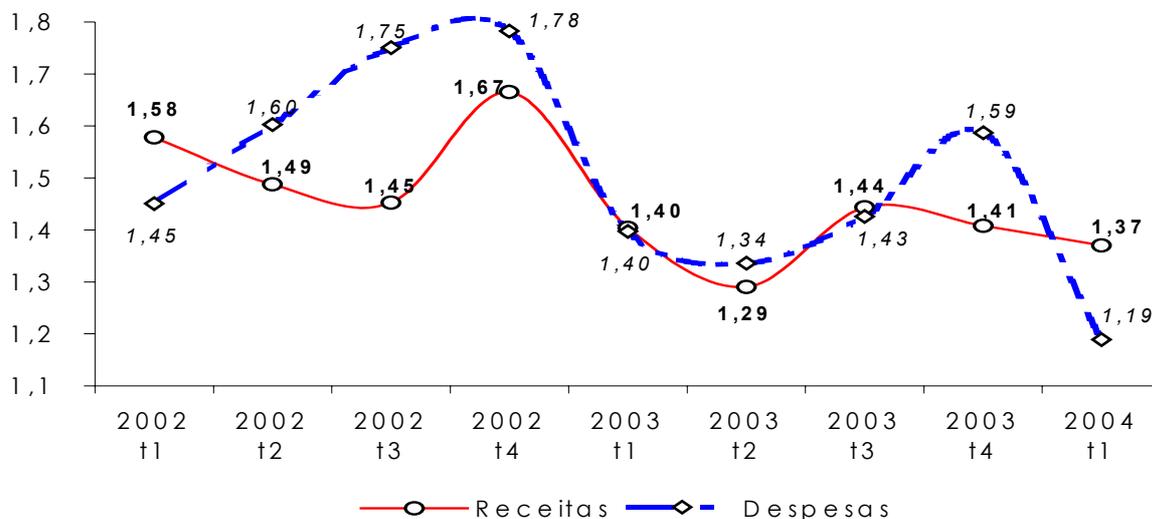
Tabela 11 - Receita Orçamentária e Despesa Empenhada em 2004 (*)

Discriminação	Janeiro	Fevereiro	Março	Trimestre
A - Receita Corrente	453.675,7	450.190,7	405.873,5	1.309.739,8
A.1. Receita Tributária	282.929,3	263.388,8	249.152,0	795.470,2
A.1.1. Impostos	282.745,8	263.242,5	248.909,7	794.898,0
A.1.1.1. ICMS	218.241,3	232.466,7	211.444,5	662.152,6
A.1.1.2. IPVA	53.256,8	19.503,3	19.980,8	92.740,9
A.1.1.3. Outros	11.247,6	11.272,5	17.484,4	40.004,5
A.1.2. Taxas	183,6	146,3	242,3	572,2
A.2. Receita de Contribuições	1,9	1,9	1,3	5,1
A.3. Receita Patrimonial	547,8	1.052,9	1.833,5	3.434,1
A.4. Transferências Correntes	162.661,8	178.463,5	145.910,4	487.035,7
A.4.1. FPE	153.761,3	167.922,8	135.899,4	457.583,5
A.4.2. Outros	8.900,6	10.540,7	10.011,0	29.452,2
A.5. Outras Receitas Correntes	7.534,8	7.283,6	8.976,3	23.794,8
B - Receita de Capital	10.151,8	24.782,1	25.701,5	60.635,4
B.1. Operações de Crédito	6.727,1	21.769,9	18.911,3	47.408,3
B.1.1. Internas	5.867,2	4.278,9	983,9	11.130,0
B.1.2. Externas	859,9	17.491,0	17.927,5	36.278,4
B.2. Alienação de Bens	785,9	0,0	0,0	785,9
B.3. Transferência de Capital	1.340,6	121,0	4.261,3	5.722,9
B.4. Outras Receitas de Capital	1.298,3	2.891,2	2.528,9	6.718,4
C - Receita Total (A+B)	463.827,5	474.972,8	431.574,9	1.370.375,3
D - Despesas Correntes	255.324,1	316.538,9	441.072,5	1.012.935,4
D.1. Pessoal e Encargos Sociais	116.954,0	153.901,1	200.928,8	471.784,0
D.2. Juros e Encargos de Dívida	0,0	33.240,8	26.461,6	59.702,4
D.3. Outras Despesas Correntes	138.370,1	129.396,9	213.682,0	481.449,1
D.3.1. Transferências a Municípios	83.091,3	66.063,3	65.593,5	214.748,1
D.3.2. Transf. a Inst. Multigov. Nacionais	37.742,7	0,0	77.409,3	115.152,0
D.3.3. Aplicações Diretas	16.782,4	57.007,4	68.305,1	142.094,9
D.3.4. Transferências a Outras Instituições	753,6	6.326,3	2.374,2	9.454,1
E - Despesas de Capital	8.603,6	63.240,5	104.283,8	176.127,9
E.1. Investimentos	2.696,2	17.804,0	44.755,6	65.255,8
E.2. Inversões Financeiras	5.907,4	6.627,1	6.947,0	19.481,6
E.3. Amortizações de Dívida	0,0	38.809,4	52.581,2	91.390,6
F - Despesa Total (D+E)	263.927,7	379.779,3	545.356,3	1.189.063,3
G - Resultado Nominal (C-F)	199.899,8	95.193,4	-113.781,3	181.311,9

Fonte: SEFAZ/SEPLAN.

(*) Valores em R\$ Mil Correntes

Gráfico 10 - Dinâmica Recente das Receitas e Despesas Totais (*) – Ceará
Trimestres/2002-2004



Fonte: SEFAZ / SEPLAN.

(*) R\$ Bilhões, a preços constantes corrigidos pelo IGP-DI de abril de 2004

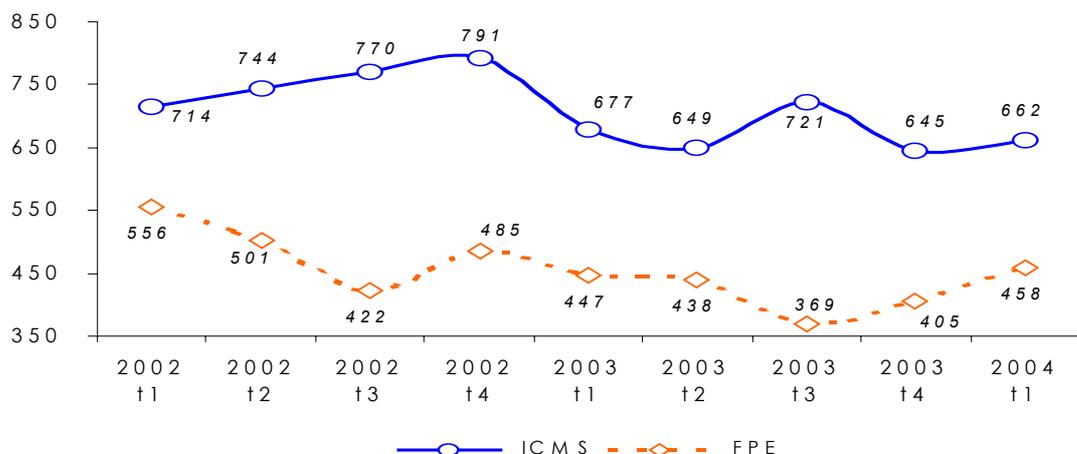
A conjuntura macroeconômica dos últimos dois anos foi, e ainda é, recessiva. Seus ícones são a falta de crescimento do PIB e as elevadas taxas de desemprego. Como consequência direta, observa-se uma gradual queda real da Receita Total do Estado (Gráfico 10).

Por outro lado, os níveis de Despesa Total do Governo do Estado só são fortemente reduzidos a partir do primeiro trimestre de 2003. Após três Resultados Nominiais deficitários (2º, 3º e 4º trimestres de 2002), o primeiro trimestre de 2003 apresentou um resultado nulo. No Gráfico 10 pode ser observado essa dinâmica de ajuste das Despesas frente a retração das Receitas.

3.1.1. Análise da arrecadação do ICMS

Para o Governo do Estado do Ceará, as duas principais fontes de receita são o ICMS e o FPE (as quais responderam por 81,7% da Receita Total dos últimos dois anos). Nos últimos trimestres, em termos reais, a arrecadação do ICMS encontra-se em patamares inferiores aos de 2002. Além disso, do primeiro trimestre de 2002 até o 1º trimestre de 2004 o FPE acumula uma perda real para o Estado da ordem de R\$ 99 milhões. (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Dinâmica Recente do ICMS e do FPE (*)

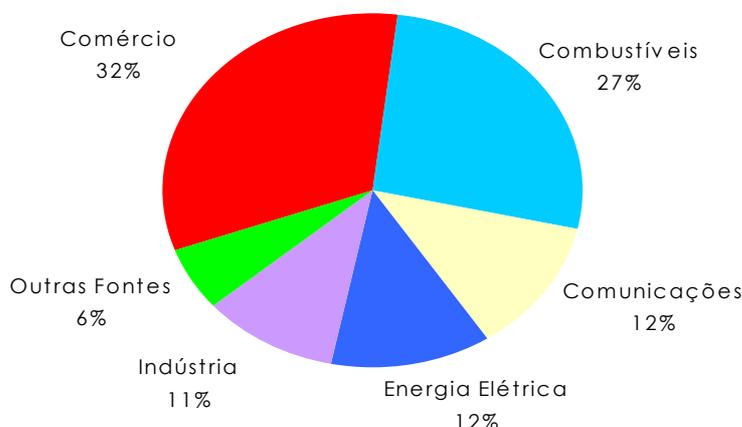


Fonte: SEFAZ / SEPLAN.

Se por um lado o FPE é exógeno ao controle do Estado, a arrecadação do ICMS é feita pelo Estado (respondendo por cerca da metade da Receita Total). Assim, dentro deste contexto de recessão, cabe-lhe uma análise particular.

Analisando por setores da economia, o ICMS arrecadado no comércio respondeu por 32% do total arrecadado nos últimos dois anos, foi o setor que mais contribuiu. Em seguida, as maiores fatias da arrecadação foram no consumo de combustíveis (27%), nos serviços de comunicações (12%), no consumo de energia elétrica (12%) e nas vendas industriais (11%), como pode ser observado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Participação dos setores na arrecadação do ICMS nos últimos dois anos - Ceará

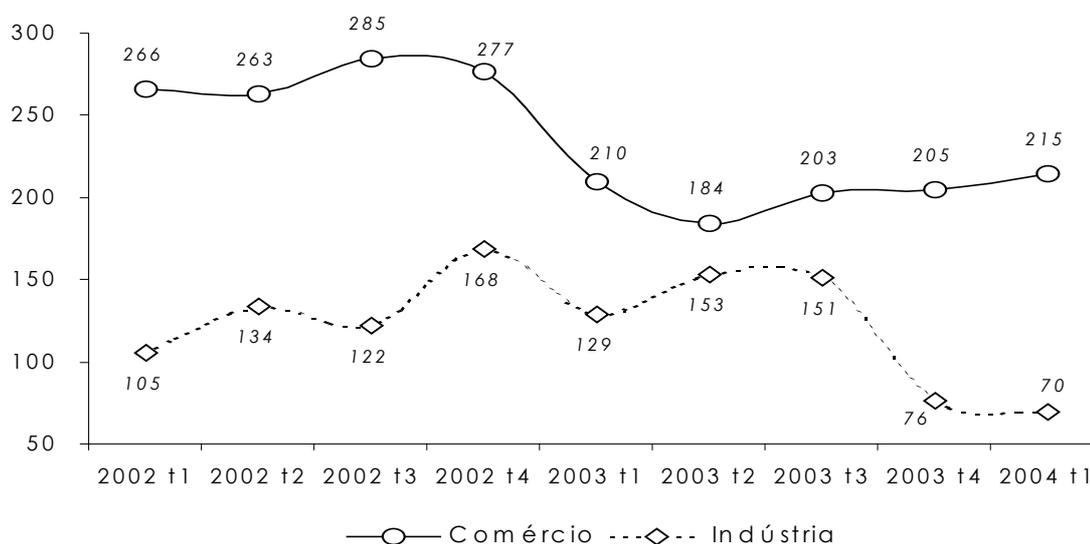


Fonte: SEFAZ / SEPLAN.

Analisando a dinâmica da arrecadação por setores, nos últimos trimestres, no Gráfico 13 observa-se que a arrecadação nas vendas da indústria, em termos reais, era crescente⁽²⁾ até o terceiro trimestre de 2003, apesar do contexto recessivo. Todavia ocorre uma forte queda no final de 2003, a qual pode ser explicada pela mudança da Lei do FDI que passou a contabilizar apenas o ICMS líquido gerado pelas empresas incentivadas.

No Gráfico 13 observa-se também um marco de queda na arrecadação de ICMS no comércio no início de 2003. Do quarto trimestre de 2002 para o primeiro trimestre de 2003, perde-se, em termos reais, R\$ 67 milhões na arrecadação do comércio.⁽³⁾

Gráfico 13 - ICMS arrecadado no Comércio e na Indústria (*) – Ceará
Trimestres/2002-2004



Fonte: SEFAZ / SEPLAN.

(*) R\$ Milhões, a preços constantes corrigidos pelo IGP-DI de abril de 2004.

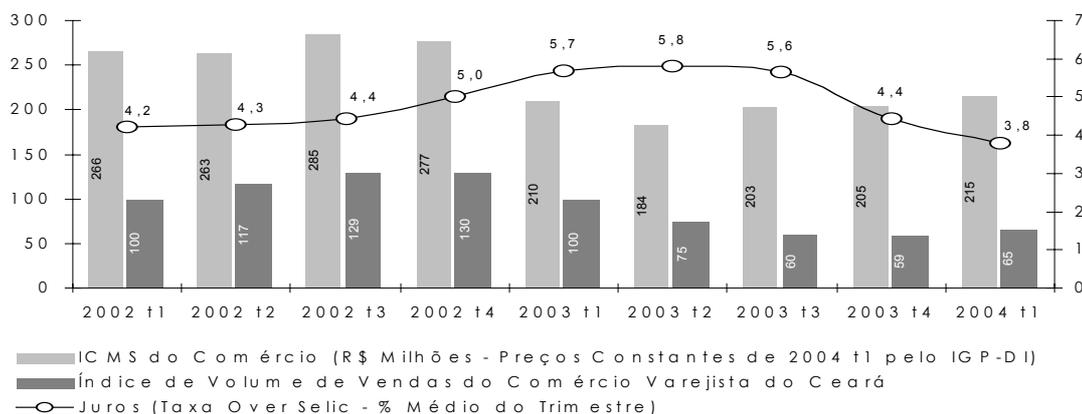
Com certeza esta queda está relacionado com o processo de transição do governo central e os aspectos macroeconômicos do contexto, além da recessão que se arrasta pelo período. O Gráfico 14 mostra que, como era de se esperar, a arrecadação do ICMS no comércio segue a trajetória do Índice de Volume de Vendas do Comércio Varejista do Ceará, calculado pelo IBGE⁽⁴⁾.

⁽²⁾ Ao observar o Gráfico 14 devem ser descontados os movimentos sazonais de fim de ano.

⁽³⁾ Em um trimestre são perdidos mais de duas terças partes do que se perdeu em FPE em dois anos.

⁽⁴⁾ A base do índice neste texto foi estipulada no primeiro trimestre de 2002.

Gráfico 14 – Arrecadação do ICMS no Comércio, Índice de Vendas e Taxa de Juros Básica – Ceará – Trimestres/2002-2004

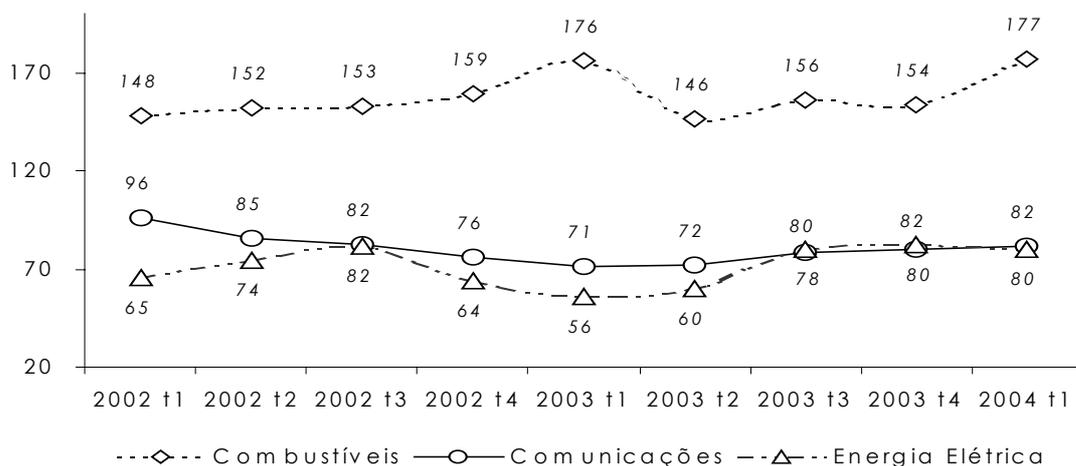


Fonte: SEFAZ/ SEPLAN.

(*) R\$ Milhões, a preços constantes corrigidos pelo IGP-DI de abril de 2004.

No Gráfico 14 pode ser observado que o volume das vendas começa a cair logo em seguida ao aumento da taxa básica de juros da economia, aqui ilustrada pela média da Over Selic ao trimestre. Além da indústria e do comércio, quando se observa a dinâmica da arrecadação real sobre o consumo de combustíveis e de energia elétrica e sobre os serviços de comunicações, percebe-se um crescimento, ou pelo menos uma estagnação. (Gráfico 15).

Gráfico 15 - ICMS arrecadado sobre o consumo de combustíveis e de energia elétrica e sobre os serviços de comunicações (*) – Ceará – Trimestres/2002-2004



Fonte: SEFAZ/ SEPLAN.

(*) R\$ Milhões, a preços constantes corrigidos pelo IGP-DI de abril de 2004.

Assim, a conclusão é direta: a queda de arrecadação do ICMS no comércio que está mais fortemente levando a queda da principal fonte de receita do Governo do Estado. É claro que esta queda está dentro do atual contexto macroeconômico recessivo, porém, um maior esforço de arrecadação deste setor pode-se amenizar as perdas de receita.

OPINIÃO IPECE

O Crescimento Populacional Acelerado da Região Metropolitana de Fortaleza no Período 1992/2002

Cláudio André Gondim Nogueira⁽⁵⁾

Em 1992, o Estado do Ceará apresentava uma população de 6.482.404 habitantes, representando 14,5% da população do Nordeste e 4,4% da população do Brasil⁽⁶⁾. Já em 2002, a sua população chegou aos 7.679.646 habitantes, o que representa um crescimento acumulado de 18,47% no período. Em relação à sua participação nas populações do Nordeste e do Brasil, verifica-se que em 2002 elas são, respectivamente, iguais a 15,7% e 4,5%, ou seja, durante o período em análise a população cearense cresceu mais rápido que a do Nordeste e a do Brasil.⁽⁷⁾

A Região Metropolitana de Fortaleza⁽⁸⁾ (RMF) apresentou, durante o período em análise, uma taxa média de crescimento populacional de 2,60% a.a., que foi superior às registradas pelas demais regiões em análise. Desta forma, a sua população passou de 2.385.049 habitantes, em 1992, para 3.084.134 habitantes, em 2002⁽⁹⁾. Uma taxa de crescimento tão expressiva como esta promoveu um aumento da concentração da população do Ceará na RMF, tanto que esta Região passou a representar 40,2% da população total do Estado, em 2002, contra os 36,8% verificados em 1992.

O crescimento populacional acelerado da RMF durante o período 1992/2002 deveu-se em parte ao fluxo migratório em direção às maiores cidades do Estado, principalmente àquelas situadas na RMF. Deve-se destacar que este fluxo tem como uma de suas origens a redução da população rural do Estado. Para se ter uma idéia disto, durante o período considerado, o Ceará apresentou a expressiva redução em termos absolutos de sua população rural, passando de 2.429.599 pessoas, em 1992, para 1.913.683, em 2002. Deve-se salientar que este fluxo migratório também foi causado em parte pelo deslocamento da população urbana de pequenos municípios localizados nas regiões menos desenvolvidas do Estado.

⁽⁵⁾ Analista de Políticas Públicas do IPECE e Mestre em Economia pela *Pennsylvania State University*.

⁽⁶⁾ Estes dados, assim como as demais informações apresentadas neste texto têm como fonte primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1992 e 2002.

⁽⁷⁾ Só para se ter uma idéia mais clara disto, a população cearense cresceu em média 1,71% a.a. e a brasileira 1,63% a.a. durante o período em consideração.

⁽⁸⁾ Utilizou-se aqui a delimitação da RMF de acordo com a classificação feita pelo IBGE em 1992.

⁽⁹⁾ Excluindo-se o município de São Gonçalo do Amarante, que só foi incluído pelo IBGE na RMF a partir de 2001.

E, finalmente, deve-se considerar ainda que uma parte da população que migra para a RMF tende a não retornar para seus municípios de origem e, portanto, os filhos gerados por estas pessoas serão naturais dos municípios pertencentes a RMF, incrementando ainda mais a sua taxa de crescimento populacional.

Este processo refletiu-se claramente no grau de urbanização do Estado, que passou de 62,5%, em 1992, para 75,1%, em 2002. O Ceará acompanhou a tendência nacional de maior concentração populacional nas zonas urbanas tanto que, em 2002, apresentou um grau de urbanização maior que o do Nordeste, tendendo a aproximar-se do padrão brasileiro⁽¹⁰⁾. Vale a pena mencionar que este processo de urbanização segue um padrão verificado em praticamente todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento à medida que as atividades agrícolas vão perdendo participação na Economia, principalmente para o setor de serviços.

Se este processo ocorrer de uma forma muito intensa em um pequeno intervalo de tempo, como foi o caso da Região Metropolitana de Fortaleza durante o período 1992/2002, então, poderá trazer efeitos indesejáveis, como por exemplo, o crescimento do déficit da oferta de serviços públicos (abastecimento de água, rede de esgoto, habitação, educação e transportes) e aumento do desemprego e/ou do subemprego. Portanto, de uma forma geral, este processo alavanca a demanda por bens e serviços providos à população, ou regulados, pelo governo, além de exercer uma maior pressão sobre o mercado de trabalho local.

Esta constatação fortalece a percepção adotada no Plano de Governo do Estado do Ceará 2003/2006 consubstanciada através do eixo CEARÁ INTEGRAÇÃO cujo “foco é na promoção do desenvolvimento local e regional, representando uma alternativa para dinamizar a economia do Estado. Com isso, desconcentra o processo de urbanização, minimiza as disparidades entre as áreas metropolitana e não-metropolitana, e privilegia a criação de oportunidades de trabalho e renda de forma mais equilibrada”⁽¹¹⁾.

Assim, a redução da concentração das atividades econômicas em torno da capital passa a ser um ponto fundamental para reverter este processo de expansão acelerada da população da RMF o quê, conseqüentemente, reduzirá a pressão por serviços públicos nesta região e terá impactos positivos importantes sobre a sua qualidade de vida no futuro.

⁽¹⁰⁾ Em 2002, a taxa de urbanização do Nordeste era de 70,5% e a brasileira era de 84,1%.

⁽¹¹⁾ Plano de Governo do Estado do Ceará 2003/2006, p. 16.

Determinantes do Ambiente Institucional e Político que Regem o Agronegócio Cearense

Rogério Barbosa Soares⁽¹²⁾

A estrutura do sistema global não se limita aos seus aspectos econômicos, materializados nas corporações transnacionais, mas, está composto ainda por uma estrutura jurídico-política, cuja coordenação é realizada pelas organizações multilaterais (ONU, FMI, OMC) que, apesar de não serem novas como instituição, assumem agora um papel hegemônico na condução dos processos de definição, coordenação e fiscalização das políticas internacionais, definidas multilateralmente.

Frente a essa nova ordem conjuntural posta por uma economia globalizada, que enfoca a competitividade e eficiência, a política agrícola visa orientar a produção para oportunidades de mercado, redirecionando a participação dos agentes governamentais de forma específica ao setor. Tal política, objetiva a indução tecnológica, orientação de mercado, regulação e promoção da comercialização, através de sinergias com a esfera privada reduzindo os custos de produção, estabilizando a renda do produtor e provendo crédito.

Naturalmente, outras ações governamentais como as políticas cambiais, de comércio exterior, de proteção à indústria ou ao meio ambiente, tributação têm tido significativo impacto positivo sobre o desempenho do agronegócio cearense. Ao qual, estão atreladas questões relevantes como distribuição de renda, segurança alimentar e saúde, sujeitas a regulamentações sociais, como o aspecto sanitário e fitossanitário, que impõem regras e limites ao processo de produção e comercialização, as quais, o produtor deva estar atento para se inserir competitivamente e com sustentabilidade no mercado internacional.

Nesse contexto, tem-se resultados interessantes no comércio exterior, no que se refere as exportações cearenses. Nos últimos três anos, alguns produtos derivados das cadeias produtivas agro-industriais estão fazendo parte da pauta de exportações cearense, agregando valor aos produtos agrícolas, destacando-se: calçados, Amêndoa Castanha de Caju, Couro e peles, Têxteis e Camarão, representando 82% das exportações. Vale destacar a performance de outros produtos com menor peso na pauta das exportações cearense, como o melão e as

⁽¹²⁾ Engenheiro Agrônomo do IPECE e Mestre em Economia Rural (UFC).

flores, que, nos últimos três anos, vêm crescendo suas vendas externas em volume e em valor.

Para assegurar uma participação crescente no comércio exterior faz-se necessária a incorporação de mão-de-obra e de novas tecnologias agrícolas e agroindústrias, através de ações articuladas com todos os agentes envolvidos no agronegócio cearense. Essas ações deverão garantir a capacidade de sobrevivência e expansão nos mercados nacional e internacional.

A garantia da sustentabilidade dos agronegócios cearenses nos mercados, sobretudo o externo, está pautada nas ações que instituições públicas e privadas estão desenvolvendo, no Estado, com prioridade para a formação de recursos humanos, como ocorre na Europa, onde se tem estruturado esquemas institucionalizados de formação e de profissionalização de seus produtores rurais.

No setor produtivo, verifica-se, atualmente, que muitos produtores situados nos Agropólos, com potencial para a agricultura irrigada, já desenvolvem atividades baseadas em novas tecnologias nas áreas de correção do solo, sistema de produção integrado, manejo integrado de pragas, análise de sólidos solúveis (Grau Brix), análise de resíduos de agrotóxicos nos frutos, análise da água destinada à irrigação, irrigação localizada, fertirrigação, sementes geneticamente melhoradas etc.

Esse processo tende a enquadrar os agricultores na lógica do conhecimento da cadeia produtiva que estão engajados. Gerando como reflexos sociais a inclusão da unidade familiar como fonte geradora de empregos e renda em um ambiente cada vez menos intensivo em mão-de-obra, além de ser um fator de interiorização, que também pode ser entendido como processo de redução do êxodo rural.